

# O IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO EXERCÍCIO DA CIDADANIA ATRAVÉS DA CRIAÇÃO DE UMA CONSCIÊNCIA SOCIAL

*Vinícius Pereira Menezes<sup>1</sup> - [viniciusmenezes.ufpel@gmail.com](mailto:viniciusmenezes.ufpel@gmail.com)*

## 1. INTRODUÇÃO

A sociedade sempre foi marcada pela delimitação de classes sociais. Apesar do ideal de uma sociedade igualitária fazer-se presente nos mais variados discursos, é inegável que a diferenciação social sempre existiu. Ocorre que, paulatinamente, com a evolução da consciência política, essa divisão velada não tem sido vista com olhares reprovadores, muito antes, e pelo contrário, atualmente vem ocorrendo uma aceitação acerca desse fato como sendo um corolário lógico e salutar do mérito pessoal dos indivíduos. Tal resignação só é abalada quando o Estado se mostra displicente, deixando de prestar adequadamente serviços básicos nas áreas de saúde, educação, segurança e saneamento, aumentando, dessa forma, ainda mais a desigualdade social. Essa ocorrência é o ponto de partida que gera o inconformismo e força os atores sociais a entrarem em choque.

O objeto deste estudo relaciona-se com o crescente desinteresse por parte da população da chamada classe média pela ascensão social, bem como com a aferição das causas desse fenômeno contemporâneo. A análise dos dados pesquisados apresenta grande relevância social na medida em que expressa a mudança de um paradigma de cunho materialista, no qual uma determinada parcela da sociedade almejava, até meados da década de 90, a mobilidade social através da aquisição de poderio econômico, e, atualmente, visa a conquista de melhores condições dentro da mesma classe. Alguns autores classificam tal atitude como “conformista” enquanto outros a justificam como sendo consequência de uma evolução cultural, na qual indivíduos mais conscientes politicamente exigem a prestação estatal para obter melhor qualidade de vida, não mais compartilhando de uma atitude materialista.

---

<sup>1</sup> Aluno especial do Curso de Mestrado em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas  
Pesquisador voluntário junto ao Núcleo de Estudos em Políticas Públicas – NEPPU/UFPel  
Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Santa Maria

## **2. METODOLOGIA**

Quanto à metodologia utilizada, foi adotado prevalentemente o método de abordagem dedutivo, a fim de valer-se de conceitos e definições pré-estabelecidos e, a partir de uma análise contextual, chegar-se a uma conclusão lógica. A problematização acerca do empoderamento econômico, político e social dos cidadãos gerado pelo programa Bolsa Família norteia o referencial teórico e metodológico a fim de abordar as questões suscitadas ao longo do estudo.

## **3. DISCUSSÃO**

A desigualdade social não é um mal inaceitável, desde que o Estado venha a prover os menos afortunados de suas necessidades básicas. O que tensiona as relações sociais é a falta de participação estatal, aumentando ainda mais a desigualdade entre as classes. (Marshall, 1967). Ocorre que, para tentar minorar os efeitos da crescente desigualdade econômica, nos últimos 15 anos, foram implementados diversos programas de redistribuição de renda, dentre eles o “Bolsa Família”, que vêm alcançando, em parte, seu intento.

Este estudo tem por objetivo geral constatar que há uma crescente mudança de posicionamento social, ou ainda, uma quebra de paradigma, no tocante à busca de mobilidade social entre cidadãos da classe média. Tal mudança é fruto do aumento de consciência social juntamente com a melhoria da qualidade de vida alcançada pela via de programas assistenciais instituídos a partir da década de 90. Como objetivo específico, busca-se analisar a viabilização da cidadania proporcionada pelo programa “Bolsa Família” e a conseqüente repercussão no desinteresse pela mobilidade social vertical. A problemática gira em torno dos questionamentos: “O programa assistencial Bolsa Família tem como reflexo social o acesso à cidadania?” “Se isso ocorre, de que forma se dá esse acesso?” A hipótese que se pretende defender acerca do problema é que o Programa Bolsa Família se revela uma estratégia duplamente articulada no sentido de estimular a busca pela cidadania dos indivíduos. Alcança seu intento, em primeiro lugar, ao aumentar o poder aquisitivo dos assistidos, permitindo que estes possam ocupar-se em melhorar sua condição sócio-econômica e, em um segundo momento, compelindo-

os a tomar medidas sociais eficazes com relação a seus filhos, introduzindo-os em um ambiente social mais promissor do que aquele em que viveram quando jovens.

Nesse sentido, fazendo um resgate histórico, verificamos que o Programa Bolsa Família consolidou-se através da unificação dos programas Bolsa Escola, do Cadastro Único do Governo Federal, Programa Auxílio-Gás e do Programa Fome Zero. O programa pode ser classificado como um “mecanismo condicional de transferência de recursos”, no qual os beneficiários precisam cumprir determinadas condições para continuarem sendo assistidos. Dentre as condições tem-se: manter os filhos na escola com aproveitamento, controle e participação efetiva em reuniões escolares e manutenção de vacinas das crianças.

Inobstante juízos de valor sobre o caráter assistencial ou assistencialista de tais programas, é inegável que o exercício da cidadania está atrelado a condições econômicas. Sabe-se que só possui condições de exercer seus direitos o indivíduo que dispõe do mínimo necessário à sua dignidade. Em suma, o Programa Bolsa Família mostra-se extremamente relevante no contexto da política social nacional, possuindo uma quantidade de beneficiários equiparada aos demais programas regulados constitucionalmente, que compõem o sistema de assistência social, como a saúde, educação pública e previdência social. O programa em questão cumpre papel de extrema importância social, promovendo a inclusão e o acesso à dignidade, fatores que contribuem direta e indiretamente com a aquisição de cidadania. Os estudos citados ao longo desta pesquisa demonstram os resultados do Programa Bolsa Família na minimização da desigualdade social, na redução da pobreza, no aumento da frequência escolar e drástica queda no trabalho infantil.

#### **4. CONCLUSÃO**

Partindo de um conceito geral de cidadania até chegar-se a uma ideia particularizada, aplicável a uma sociedade contemporânea, buscou-se analisar a política social nacional, manifestando-se através de atividades assistenciais que influenciam diretamente na renda e acesso ao ensino e à saúde. Como objetivo da pesquisa buscou-se verificar o impacto positivo dos programas de redistribuição de renda no fomento à participação social, e como consequência, no *status* de

cidadania. Como referência em termos de programas de redistribuição de renda foi utilizado o Programa Bolsa Família. O programa em questão é baseado em auxílio financeiro a famílias de baixa renda, prevendo determinadas contrapartidas por parte dos beneficiários. Essas contrapartidas, desenvolvem-se através de condicionantes impostas pelo Programa, dentre elas: manutenção do título eleitoral ativo, na frequência escolar dos menores em idade escolar, controle das vacinações periódicas das crianças, dentre outros. Tais medidas possuem um caráter educativo e integrador, pois ao fazer essas exigências, o Estado retira o indivíduo de sua inércia, promovendo a desalienação do mesmo e a sua participação social como cidadão.

Ficou evidenciado pela pesquisa bibliográfica que vários autores relacionam a cidadania à participação efetiva nos processos democráticos. É especificamente essa abordagem que se buscou alcançar ao longo do trabalho. Sabe-se que pessoas que pertencem às classes econômicas mais baixas não demonstram interesse pelos processos políticos. Esse desinteresse se deve, principalmente, à falta de uma cultura política nesse sentido, aliado a uma escolha racional, na qual os indivíduos preferem se ocupar de outros assuntos que elegem como prioritários, tais como a busca por emprego e a aquisição de bens de subsistência.

A maior virtude do Programa Bolsa Família não é o seu caráter assistencial em si, como muito se tem debatido na mídia, mas sim o estímulo a uma participação social mais efetiva. Para a manutenção do benefício, toda a família deve se engajar de alguma forma no contexto social. Os filhos precisam frequentar a escola e os pais devem fiscalizá-los quanto a isso, mantendo-se presentes no processo de instrução. Os beneficiários maiores de 18 anos precisam cumprir seus deveres eleitorais, outro fator que os aproxima do processo democrático. Essa participação ativa, mais do que um benefício imediato, tem como consequência a criação de uma consciência social e um senso de coletividade nos indivíduos. As pessoas envolvidas, ao serem estimuladas a saírem de sua inércia, interagem com o sistema social e político, tomando consciência de seu lugar nesse contexto.

Ante todo o exposto, é bastante plausível afirmar que os programas implantados pelos governos na última década, em especial o Programa Bolsa Família têm contribuído sobremaneira para a implementação do conceito de cidadania nas suas mais diferentes formas, permitindo acesso a bens de consumo em um primeiro momento, mas sobretudo, à educação e saúde básicas. O conjunto

da obra tem efeitos imediatos sobre a sociedade atual e ainda se refletirá nas gerações futuras, formando indivíduos com melhores condições culturais em relação a seus predecessores e inevitavelmente com um senso de inclusão social mais apurado, ou seja: cidadãos melhores e mais engajados socialmente.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HABERMAS, Jurgen. **Direito e Democracia – Entre Facticidade e Validade, Vol. II.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica** / Marina de Andrade Marconi, 5ª. Ed. - São Paulo : Atlas 2003.

MYRDAL, Gunnar **O Estado do futuro (original: Beyond the welfare state).** Rio de Janeiro: Zahar, 1962

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e “Status”.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967

REGO, Walquíria Leão. **Aspectos Teóricos das Políticas de Cidadania: uma aproximação ao Bolsa Família.** Lua Nova, São Paulo, 73: 189-197, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n73/n73a07.pdf> >, acesso em 23 de junho de 2015, às 21:30.

ROBERTS, Bryan R. **A dimensão social da cidadania.** Disponível em: <[http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_33/rbcs33\\_01.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_33/rbcs33_01.htm)>, acesso em 11 de junho de 2015, às 23:16.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Programa Bolsa Família.** Disponível em:< <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia> >, acesso em 26 de junho de 2015, às 16:50.

PORTAL BRASIL. **Justiça e Cidadania.** Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/centro-aberto-de-midia/noticias/brasil-retira-36-milhoes-da-miseria-extrema-e-bate-meta-da-onu-para-mortalidade-infantil-1> > , acesso em 26 de junho de 2015, às 22:15.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como Liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SOARES, Sergei / SÁTYRO, Natália. **O Programa Bolsa Família: Desenho Institucional, Impactos e Possibilidades Futuras.** Disponível em [http://www.ipea.gov.br/portal/images/:stories/PDFs/TDs/td\\_1424.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/:stories/PDFs/TDs/td_1424.pdf), acesso em 16 de julho de 2015, às 12:30.